

Apresentação de Edição

Editorial

ID Cristiano Parra Duarte

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: crparraduarte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0924-4573>

ID Nayara Albrecht

Pesquisadora na Newcastle University. Editora-chefe da Agenda Política.

Email: nayara.albrecht@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2613-6438>

ID Maycon Leandro

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: mayconleandro819@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8675-5775>

Prezadas leitoras e prezados leitores,

É com satisfação que a equipe editorial da Revista Agenda Política publica o número 3, volume 11, de 2023. A edição é composta por quatro artigos do Dossiê Temático **Legitimidade Democrática em Tempos de Crise** – que dá nome à edição –, um artigo da seção Agenda da Ciência Política, cinco artigos da seção Temas Livres e uma Entrevista com a professora e pesquisadora Vera Alves Cepêda (UFSCar).

O dossiê, coordenado por Matheus Ferreira, pesquisador de pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Gustavo Ribeiro, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), explora a legitimidade democrática, um conceito fundamental na teoria política que abrange debates sobre democracia e representação. Max Weber (1946, 1978) identificou três tipos de legitimidade ou dominação legítima, baseados nas razões que fundamentam a aceitação do poder



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

político: racional-legal (regras), tradicional (costumes) e carismática (características pessoais do governante). Isaiah Berlin (1969), filósofo político britânico, contribuiu indiretamente para o entendimento da legitimidade através de sua distinção entre liberdade negativa e liberdade positiva, conceitos intimamente ligados às discussões sobre poder e autoridade. Os debates contemporâneos focam na importância da legitimidade para a sustentação do regime democrático, tema amplamente abordado nesta edição. Este dossiê, portanto, destaca a relevância da legitimidade em tempos de crise, especialmente diante da emergência de governos de extrema direita.

1 Apresentação da Edição

Em consonância com o tema do dossiê temático, esta edição traz a **Entrevista com Vera Alves Cepêda: Democracia e desenvolvimento em tempos de crise**, realizada por José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro. A entrevista oferece aos leitores reflexões acerca da democracia, a Nova Direita e desenvolvimentismo como campo político no Brasil. Além disso, essa entrevista se propõe a debater os desafios atuais que tensionam as democracias, as políticas públicas e desenvolvimento no cenário brasileiro e internacional.

Na seção Agenda da Ciência Política, Olivia Cristina Perez e Rogério de Oliveira Araújo, no artigo **Gênero, raça e classe dos eleitores jovens conservadores e progressistas**, analisam o perfil das juventudes conservadoras e progressistas, destacando as diferenças entre elas. A partir da sistematização de dados do TSE e do survey eleitoral ESEB de 2022, a pesquisa considera variáveis como faixa etária, gênero, raça e classe socioeconômica. Os resultados indicam que a maioria das juventudes se identifica como progressista, especialmente entre os mais jovens, embora os conservadores representem um grupo significativo. Este grupo merece atenção por ser composto, em grande parte, por homens, pardos e pessoas de menor renda, perfis que enfrentam mais dificuldades no acesso a direitos. A contribuição deste estudo está em trazer um olhar diferenciado sobre as juventudes conservadoras e progressistas no Brasil, ressaltando as implicações sociais e políticas dessas diferenças.

Já a seção Temas Livres é composta por cinco artigos inéditos. No artigo **Análise do impacto do rompimento da barragem de Fundão nos indicadores socioeconômicos e sustentáveis dos municípios atingidos**, Ebio Viana Meneses Neto, Fernanda Maria de Almeida e Evandro Rodrigues de Faria analisam os impactos socioeconômicos e de sustentabilidade decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, em Mariana, Minas Gerais – um dos maiores desastres ambientais do Brasil. Por meio de análise fatorial e testes de escores de propensão e diferenças em diferenças, o artigo compara os municípios diretamente atingidos pelos rejeitos com outros municípios mineiros, revelando que os afetados possuem um PIB per capita menor, maior concentração de famílias com renda de até meio salário mínimo e menor compensação financeira por recursos hídricos. O trabalho contribui para o debate sobre a gestão de desastres ambientais e o desenvolvimento municipal, ao destacar os desafios enfrentados pelos territórios atingidos.

Em **Ciclos eleitorais em governos locais: uma análise sobre a competência municipal dos serviços de saneamento**, Tadeu Junior de Castro Gonçalves, João Paulo Machado Ribeiro, Edilson Paulo e Alexandro Barbosa analisam os efeitos dos ciclos eleitorais e outros fatores nas despesas de exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em governos locais, utilizando dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e modelagem de dados em painel para o período de 2012 a 2020. Os resultados mostram a influência dos ciclos políticos eleitorais, com municípios de pequeno porte apresentando maiores gastos médios em saneamento em comparação aos de grande porte. Este trabalho contribui para o debate sobre a competência e regionalização no setor, oferecendo insights relevantes para a formulação de políticas públicas.

Já Luciana de Melo Nunes Lopes, Elis Mina Seraya Borde e Eli Iola Gurgel Andrade, no artigo **Aspectos de colonialidade da propriedade intelectual relacionados à saúde: reflexões desde e para o Sul Global**, investigam como a colonialidade, uma lógica estrutural de controle instaurada desde a invasão da América, se manifesta no sistema global de propriedade intelectual, particularmente no campo da saúde. A partir de uma revisão narrativa da literatura, o estudo articula experiências na saúde, teorias sobre o capitalismo cognitivo e o pensamento decolonial latino-americano para sustentar a hipótese de que o regime vigente de propriedade intelectual é uma expressão da colonialidade, perpetuando uma estrutura eurocêntrica e capitalista. A principal contribuição do artigo está em evidenciar como essa lógica colonial, marcada pelo domínio das corporações e pela transformação dos indivíduos em consumidores-empresários de sua própria saúde, se tornou ainda mais visível na pandemia de Covid-19, apontando para a necessidade de repensar o acesso a medicamentos no contexto global.

O artigo **A trajetória do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina sob suas características institucionais**, de Thiago Guimarães Costa, Karin Vieira da Silva, Anderson Sasaki Vasques Pacheco e Fábio Andreas Richter, analisa a trajetória do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, focando em suas características institucionais e evolução ao longo do tempo. A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada em análise documental, contextualiza o Conselho no âmbito dos conselhos de cultura federais no Brasil e utiliza as categorias de análise de Buvinich. O estudo destaca como, desde sua criação em 1961, o Conselho era composto exclusivamente por atores governamentais, mantendo essa configuração até 1996, quando se tornou bipartite não paritário, com a participação de representantes da sociedade civil. Em 2018, uma nova alteração o integrou ao sistema estadual de cultura, alinhando-o às políticas públicas da União e transformando-o em um conselho paritário com funções consultivas, normativas, deliberativas e fiscalizadoras. A contribuição deste artigo está em lançar luz sobre o processo de democratização desses espaços de deliberação, mostrando como a evolução institucional do Conselho reflete as possibilidades de abertura democrática na formulação de políticas públicas.

Por fim, José Guillermo Pérez-Camacho, no artigo **A oposição “escorpião”: cooptação e fragmentação da oposição venezuelana na eleição dos governadores (2021)**, investiga a estratégia de cooptação e fragmentação da oposição venezuelana pelo governo de Nicolás Maduro, e seus efeitos

eleitorais. Embora a prática de cooptação seja comum em regimes autoritários eleitorais, como o da Venezuela, ela ganhou destaque nos últimos anos com a emergência de um grupo de opositores cooptados, conhecidos como "alacranes" (escorpiões). O estudo analisa como essa oposição cooptada contribui para que o governo venezuelano, apesar de sua baixa popularidade, continue vencendo eleições. A pesquisa utiliza dados estatísticos das eleições de governadores de 2021 e conclui que há uma relação significativa entre a perda de votos da oposição tradicional (MUD) e a presença da oposição cooptada. O artigo oferece uma contribuição relevante ao evidenciar o papel da cooptação na dinâmica eleitoral venezuelana, mostrando como essa estratégia fragiliza a oposição e beneficia o governo.

2 Métricas de 2023 e projeções para 2024

No ano de 2023 a revista recebeu 152 submissões de artigos, apresentando um significativo aumento em relação ao ano anterior de 87 manuscritos submetidos. Desse total, foram 26 textos aceitos para publicação nas duas primeiras edições do ano e mais 12 artigos¹ que integram a atual edição.

A taxa de aceitação de artigos teve um recuo em relação a 2022, passando de 42% para o percentual atual de 29% entre os artigos que tiveram uma decisão editorial final no ano de 2023. Em contrapartida, houve um aumento da taxa de rejeição, passando de 58% para 71% neste ano. Isso demonstra que, em média, a qualidade dos artigos recebidos continuam em constante aperfeiçoamento, o que condiz com o aumento da nota na última avaliação da CAPES e no aumento considerável de artigos recebidos.

O processo de pré-avaliação (*desk-review*), que tem permitido o processamento célere de artigos, também apresentou um pequeno aumento em termos de rejeição inicial de manuscritos. Atualmente, a etapa ainda responde pelo percentual de 44% de rejeição no periódico em relação aos 39% do ano anterior. As principais razões para rejeição na fase de *desk review* consiste em inadequação metodológica (ausência do arcabouço teórico-metodológico) e incompatibilidade com o escopo da revista, a qual está concentrada na área de Ciência Política. A taxa de rejeição após avaliação de pareceristas teve um aumento, variando de 19% em 2022 para 27%, em 2023.

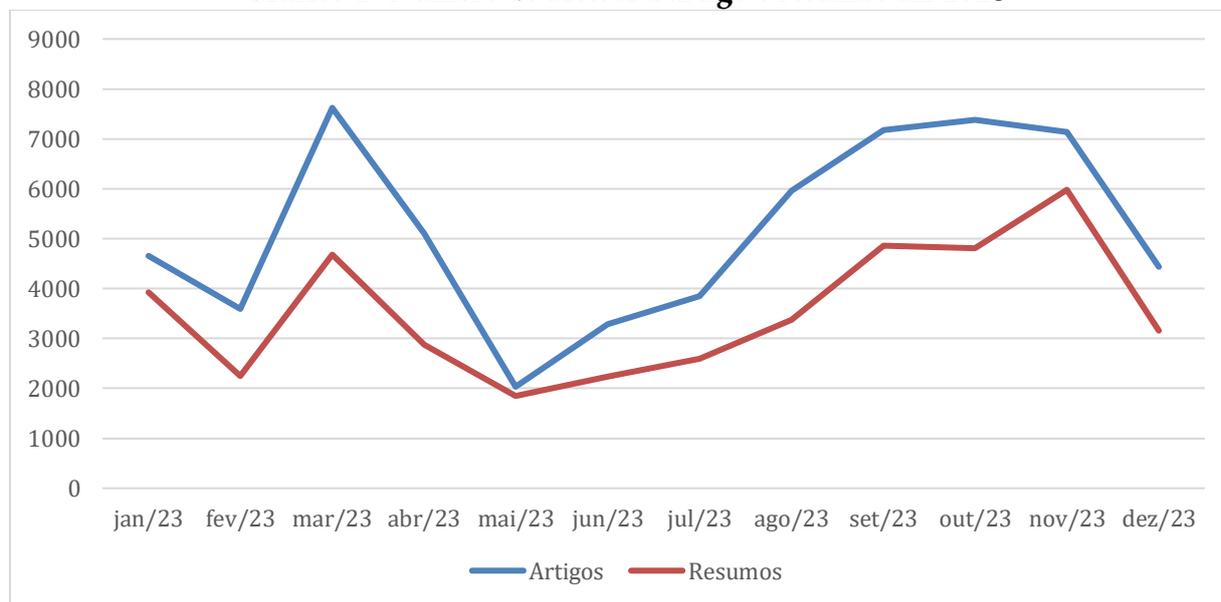
A Agenda Política tem logrado aumentar sua relevância e visibilidade no campo da Ciência Política nos últimos anos, ampliando substantivamente sua rede de usuários, autores e avaliadores cadastrados. Em 2023, a revista observou um incremento de aproximadamente 14% de usuários em relação ao ano anterior, atingindo o número total de 1371 pessoas cadastradas. A quantidade de pareceristas cadastrados na plataforma do periódico acompanhou este crescimento e conta atualmente com 977 avaliadores, um aumento de 14,80% em relação ao ano anterior. Essa evolução na quantidade de colaboradores tem sido fundamental tanto para assegurar a qualidade dos artigos publicados quanto para garantir fluidez no fluxo editorial. O tipo de avaliação *double-*

¹ Artigos submetidos à edição de número 3, volume 10, ano 2023, mas que deram entrada na plataforma no início de 2024.

blind review reforça a importância de nossa rede de avaliadores para viabilizar o aumento de volume de submissões.

Ainda considerando o aumento da visibilidade, o Gráfico 1 a seguir, apresenta o número mensal total de acessos a artigos e resumos no ano. Em 2023, a revista Agenda Política atingiu a marca de 62.216 acessos a artigos, o que representa um recuo de 9,20% em relação a 2022. No que se refere ao acesso dos resumos, houve um crescimento percentual, marcando 42.572 acessos, o que representa um aumento de 9,6% em comparação ao ano anterior.

Gráfico 1 -Número de acessos a artigo e resumos em 2023



Fonte: Elaboração própria.

Os dados de 2023 revelam uma pequena queda no tempo médio para a tomada de decisões: 286 dias, em média, para a primeira decisão editorial de aceite; e um aumento de 209 dias, em média, para a primeira decisão de rejeição. Isso resultou de uma paralisação temporária na revista no ano de 2023 devido à troca Editoria Executiva, Secretaria Executiva e do Comitê Editorial. No entanto, o ritmo de trabalho foi progressivamente retomado, levando à publicação desta edição. Esta edição, a ser apresentada a seguir, encerra os dossiês de 2023, com a expectativa de que o ritmo de trabalho seja retomado e de que 2024 traga edições com ainda maior qualidade e projeção nacional.

Não obstante a paralisação temporária, a projeção da Revista tem aumentado nos últimos anos. O número de seguidores em redes sociais, que se mostram relevantes em função da divulgação da produção científica na Agenda Política, bem como no impulsionamento de acesso a artigos e a resumos que, conforme apresentado anteriormente, tem aumento expressivo. Ao todo, são 775 seguidores na página do Instagram e 1.900 seguidores na página do Facebook, número que tem aumentado desde nosso último balanço em decorrência da manutenção de uma equipe própria de divulgação científica. Esperamos que esse número continue crescendo e que a Revista amplie seu alcance, contribuindo para o avanço da agenda em Ciência Política.

3 Nova equipe editorial

Esta edição também marca mais uma troca de gestão na Revista: é a última edição de Nayara Albrecht como editora de dossiês. André Buna, doutorando na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) assume esta função e liderará a publicação dos três próximos dossiês temáticos da Revista: eleições 2024, Ciências Sociais Computacionais e Guerra Fria na América Latina. Nesse sentido, a revista agradece a pesquisadora Nayara Albrecht, pelo trabalho e dedicação, que contribuíram para o crescimento e a institucionalização da revista, e dá as boas-vindas ao novo editor-chefe, desejando-lhe uma ótima experiência.

A Revista agradece a contribuição e dedicação dos pesquisadores e estudantes que encerraram seu ciclo de trabalho interno na Agenda Política em 2023, Dalila Rodrigues e Bruna Camargo. Não obstante, o periódico também agradece todos os integrantes do Comitê Editorial e novos membros de 2024 e que já demonstraram que a qualidade na equipe continua sendo uma grande vantagem do periódico: Bruno Conde; Cristiane Pires; Gabriel Baldan Nunes; Heitor Gomes; Isaac Cavalcante; Isabella Vicari; Julia Carbono; Laura Cazarini; Lillian Tassim Salatino; Leone Alexandre; Lucas López; Marina Bertolazzi e Murilo Pradella.

6 A alta rotatividade característica de uma revista acadêmica discente se deve ao próprio ciclo de formação e pesquisa acadêmica dos estudantes. Por esta razão, a profissionalização e a boa organização do fluxo de trabalho nas diversas etapas que integram o processo editorial foram fundamentais para viabilizar o crescimento da revista em termos de volume de submissões e qualidade de publicações. A Agenda Política segue crescendo a partir deste trabalho coletivo.

Esperamos, com isso, retomar os ritmos dos trabalhos da revista, interrompidos devido às recentes trocas de equipe.

Esperamos que apreciem a leitura!

4 Referências

BERLIN, I. Two Concepts of Liberty. In **Four Essays on Liberty**. Oxford: Oxford University Press, p. 118-172, 1969.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. In: G. Roth & C. Wittich (Eds). Berkeley: University of California Press, 1978.

WEBER, M. A Política como Vocação. In: H. H. Gerth & C. Wright Mills (Eds. and Trans.), **From Max Weber: Essays in Sociology**. New York: Oxford University Press, p. 77-128, 1946.